

Da ilusão à materialização

: reflexões sobre o “estatuto ilusório” do material biográfico a partir dos estudos *queer*

Lúcio Geller Junior

Mestrando no Programa de Pós-graduação em História pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

A partir de diálogos estabelecidos com os estudos *queer*, tenho como objetivo refletir sobre um conhecido estatuto atribuído ao material biográfico pelo sociólogo Pierre Bourdieu em meados da década de 1980. Na forma de uma advertência, a chamada “ilusão biográfica” é uma noção dirigida aos intelectuais das humanidades, em que destaco o meu segmento, a historiografia, que pretendem fazer uso das histórias de vida em seus trabalhos. Por outro lado, busca assegurar um caráter “ficcional” ao discurso biográfico, interditando essa forma de representação do vivido. Nesse sentido, ao considerar que esse último aspecto não é de menor importância na hora de se apropriar desta ideia para operar, e se relacionar, com o “biográfico”, acarretando distintos “efeitos de poder”, segundo Michel Foucault, construo uma análise em dois momentos. Primeiro, examino o argumento de Bourdieu em seu ensaio, bem como em escritos posteriores e entre alguns de seus interlocutores, diante das oscilações e dos espaços ocupados pelas histórias de vida dentro e fora dos estudos humanísticos. Em seguida, após um pequeno esboço de interconexões, sugiro algumas possibilidades de leitura a partir da filósofa Judith Butler, além de alguns de seus intérpretes, expoentes dos estudos *queer*; baseado em sua noção de “materialização”, com vistas a demonstrar a hipótese de que a “ilusão” acarreta uma operação diferencial, (re)produz efeitos de poder e pode criar “desilusões”, como a ausência do “eu” na análise e na escrita biográfica.

Palavras-chave Ilusão biográfica – Estudos *queer* – Historiografia – Gênero – Materialização

Submissão

13/08/2021

Aprovação

08/12/2021

Publicação

04/01/2022

From Illusion to Materialization: Reflections on the “Illusory Condition” of Biographical Material Based on Queer Studies

Abstract

Based on dialogues established with *queer* studies, I aim to reflect on a well-known condition attributed to biographical material by sociologist Pierre Bourdieu in the 1980s. As a warning, the so-called “biographical illusion” a notion addressed to the humanities intellectuals, among them I will highlight my branch historiography, who intend to use life stories in their works. On the other hand, it seeks to ensure a “fictional” character to the biographical discourse, prohibiting this form of representation of what is lived. In this sense, considering that this last aspect is not of minor importance at the time of taking effective ownership this idea to operate, and relate to, the “biographical”, causing distinct “power effects”, according to Michel Foucault, I will perform an analysis in two moments. First, I examine Bourdieu's argument in his essay, as well as in later writings and among some of his interlocutors. Then, following a short outline of multiple connections, I suggest some possibilities of reading the philosopher Judith Butler, an exponent of queer studies. Based on his notion of “materialization”, aiming to demonstrate the hypothesis that the “illusion” entails a differential operation, (re)produces power effects and can create “disillusionments”, such as the absence of the “I” in the analysis and in biographical writing.

Keywords Biographical Illusion – Queer Studies – Historiography – Gender – Materialization.

De la ilusión a la materialización: reflexiones sobre el “estatuto ilusório” del material biográfico basado en estudios *queer*

Resumen

Basado en diálogos con los estudios *queer*, pretendo pensar sobre un reconocido estatuto atribuido al material biográfico por el sociólogo Pierre Bourdieu en la década de 1980. En forma de advertencia, la llamada “ilusión biográfica” es una noción dirigida a los intelectuales de las humanidades, entre ellos destaco mi campo, la historiografía, que pretende hacer uso de historias de vida en su obra. Por otro lado, busca asegurar un carácter “ficcional” al discurso biográfico, impidiendo esta forma de representación de lo vivido. En ese sentido, considerando que ese último aspecto no es de menor importancia a la hora de apropiarse de esta idea para operar y relacionarse con el “biográfico”, provocando distintos “efectos de poder”, según Michel Foucault, construyo un análisis en dos momentos. Primero, examino el argumento de Bourdieu en su ensayo, así como en escritos posteriores y entre algunos de sus interlocutores, frente las oscilaciones y los espacios ocupados por las historias de vida dentro y fuera de los estudios humanísticos. A continuación, después de un pequeño esbozo de conecciones, sugiero algunas posibilidades de lectura a partir de Judith Butler, exponente de los estudios *queer*; a partir de su noción de “materialización”, con el fin de demostrar la hipótesis de que la “ilusión” resulta en una operación diferencial, (re) produce efectos de poder y puede generar “desilusiones”, como la ausencia del “yo” en el análisis y en la escrita biográfica.

Palabras clave Ilusión biográfica – Estudios *queer* – Historiografía – Género – Materialización.

Tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar.

Pierre Bourdieu, 1986

No meu trabalho, eu não entro nessa seara de gênero.

Ouvi de um historiador, 2019

Introdução

Primeiramente, estamos diante da leitura de um conceituado ensaio, de orientação sociológica, sobre a narrativa e o método biográfico: *A ilusão biográfica*, de Pierre Bourdieu.¹ Publicadas em dossiê homônimo nas *Actes de la recherche en sciences sociales*, em junho de 1986, as palavras do sociólogo francês, endereçadas aos pares desta e das demais disciplinas humanísticas, advertiam sobre os problemas epistemológicos em que estes poderiam incorrer ao desconsiderar a noção de trajetória frente aos estudos sobre histórias de vida. Para ele, uma das características mais inadvertidas do ato de contar uma vida, quando absorvida sem qualquer crivo analítico pela pesquisa, seria o “senso comum” de sua *forma*, isto é, a de um relato diacronicamente linear (o trajeto) que acaba por concebê-la como um “todo coerente”, com uma “sequência”, uma “direção” com início, meio e fim e com um sujeito sempre “constante”. O que configuraria, portanto, uma “ilusão” na representação de determinado passado, individual ou coletivo, sem qualquer tipo de “complexidade”.

Nos domínios de Clio, o que representou a ideia de “ilusão biográfica”? Um epitáfio melancólico do gênero? Um beco sem saída? Ou, ao contrário, um ponto de partida?² Dentre as discussões historiográficas de já algumas décadas sobre a memória e a história oral, em especial, esses cuidados não invalidaram, fatalmente, o uso do material biográfico, do qual as histórias de vida correspondem a apenas uma de suas parcelas.³ Expresso na esteira da crise das “grandes narrativas”, definidas pelo seu

1 BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

2 Essas metáforas, que dizem respeito às hipóteses sobre o trato da noção de Bourdieu, fazem referência aos estudos que, como este, se debruçaram sobre essa questão: AMARAL, V. A. do. “Beco sem saída ou ponto de partida? A ilusão biográfica e os historiadores”. *Ideias*, v. 8, n. 2, p. 219-241, 2017; OLIVEIRA, M. G. “Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica”. AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B. (Org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

3 Para uma apreciação desses outros campos para além do biográfico, ver: ALBERTI, V. “O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa”. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro:

potencial de fornecer explicações totalizantes sobre o passado; e, da gradual emergência da figura da “testemunha”, como consequência do interesse histórico pela *Shoah*;⁴ seu ensaio apontava para o fato de que o passado narrado (de uma vida, de um evento, etc.), seja em meio acadêmico ou não, não é “encontrado”, e sim, “construído”. Por outro lado, ainda em vista deste quadro de “crise”, a denúncia de “ilusão” serviria aos intelectuais mais empenhados com a afirmação de seu estatuto científico firmar uma “postura de radical *suspeição epistêmica* frente ao argumento de defesa de qualquer *valor cognitivo* das histórias de vida no campo das ciências sociais”.⁵ E, acrescento, como irei explorar à frente, à relação de intersubjetividade e tensão entre o objeto e o “eu” de quem pesquisa.

Nesse sentido, proponho discutir aqui a noção de “ilusão biográfica”, altamente referenciada e (re)apropriada pelos campos mencionados, como foi, e ainda é, o meu caso em particular, sob novos olhares. Embora importante, e certamente necessário, não meço o impacto da noção de Bourdieu na historiografia brasileira, muito menos a nível internacional, a partir de um levantamento sistemático de livros, artigos, dissertações e teses que dela se valeram, que assim justificariam o *porquê* de revisitá-la. Minha preocupação sobre tal questão não se baseia nos seus *usos e abusos*. Parto, aqui, da efervescente mobilização de vias “alternativas” para o estudo de biografias, que se revelaram até muito tempo antes de seu ensaio, ora escapando, ora reagindo criticamente à “ilusão”. Obras que prezaram, por exemplo, pela *ação* dos indivíduos e como isso pode ser *representativo*, como querem Carlo Ginzburg e Giovanni Levi; passando pelas “mediações narrativas” que não deixam escapar a temporalidade do sujeito, conforme Paul Ricœur; e, na sequência deste, da forma *como*, narrativamente, se “estrutura uma vida”, segundo Leonor Arfuch; até o choque de algumas “vidas infames”, incrustradas nas palavras, com o poder, como visto por Michel Foucault.⁶

Não desejo, muito menos endosso, uma crítica que busque terminantemente “fechar” essa questão, o que talvez sim pudesse se chamar de “ilusão”. Mas, do contrário, observar desvios, conflitos, discontinuidades e, como diria Foucault, seus

Editora FGV, 2004.

- 4 PÉREZ-BAQUERO, R. “Memory, Narrative, and Conflict in Writing the Past: When Historians Undergo Ethical and Political Strains”. *História da Historiografia*, v. 13, n. 32, 2020. p. 63-67.
- 5 OLIVEIRA, M. G. “Para além de uma ilusão: indivíduo, tempo e narrativa biográfica”. AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B. (Org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 62. [grifos nossos]
- 6 ARFUCH, L. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010; FOUCAULT, M. “A vida dos homens infames”. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006; GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; LEVI, G. “Usos da biografia”. AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006; RICCEUR, P. *Tempo e narrativa; 3: o tempo narrado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010;

“efeitos de poder.”⁷ Em meu caso, preocupado com essa postura em relação ao valor cognitivo e a intersubjetividade que envolve uma pesquisa com histórias de vida, bem como o lugar que os distintos agentes ocupam dentro de um “regime de verdade”, procuro colocar a questão sob o enfoque dos estudos *queer*.⁸ A escolha desse marco teórico, devo confessar, parte, sobretudo, de algumas discussões e experiências de pesquisa nessas áreas. Minha primeira aproximação com o biográfico surgiu no final do ano de 2017, quando, em dois eventos relacionados ao 100º aniversário da Revolução Russa, pude ouvir o relato de vida de uma ex-tradutora do serviço militar soviético, Anna Savitskaia,⁹ que, no ano seguinte, se tornaria a grande colaboradora de meu estudo sobre a sua vida.¹⁰ Em segundo, em agosto de 2019, enquanto contribuía com algumas considerações de pesquisa no simpósio *História Oral, História de Vida e Narrativa no X Encontro Regional Sul de História Oral*, sediado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba, mais uma vez uma fala me aguçou os ouvidos. Evidentemente, não a de uma “testemunha”, e sim a de um colega que comunicava sua pesquisa sobre imigrantes açorianas no Brasil do século XX, e que aqui não vale destacar maiores detalhes em respeito ao pesquisador. O que me tomou de sobressalto dessa vez foi uma de suas primeiras frases: “No meu trabalho, eu não entro nessa seara de gênero”. Colocação que não passou despercebida pelos demais colegas que, respeitosamente, a problematizaram teórica e metodologicamente.

7 FOUCAULT, M. “Verdade e poder”. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

8 Em termos de perspectiva, encaro o termo *queer* não enquanto um simples quadro de referências, conceitos ou tipologias, mas como uma “coleção de compromissos intelectuais” que nos sirvam para desenterrar dispositivos “normativos”, ou melhor, “normatizadores”. SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*. Rio de Janeiro: Pazulin, 2006. p. 8-9. Por outro lado, ao contrário da nomenclatura utilizada por Tasmin Spargo, opto pela expressão “estudos queer”, em detrimento de “teoria queer”, “porque a palavra ‘teoria’, no singular – conforme Rafael Cavalheiro e Carla Rodrigues –, indica uma homogeneidade que em nada corresponde às diferenças entre diversos autores.” Tendo em vista seus compromissos, estudos *queer* expressa de maneira mais aberta o seu caráter “plural e heterogêneo, permeado por conflitos e por disputas internas”. CAVALHEIRO, R.; RODRIGUES, C. “Para além do embate Butler-Lacan”. *Revista Cult*, v. 24, n. 270, 2021.

9 Anna Savitskaia, nasceu em 1964, em Donetsk, na Ucrânia, em uma família de ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Após a derrocada da União Soviética, Anna migrou para o Brasil em 1992, onde reside em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, desde então. Os eventos em que, na condição de ouvinte, conheci sua história foram, respectivamente, em 11 de novembro no Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (SIMPA), *As Mulheres na Revolução Russa*; e, em 30 de novembro, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), *A Revolução Russa e a Experiência Soviética*, promovida pela Associação dos Licenciados em Filosofia. O acontecimento que se recordava nestas ocasiões, de fato, não foi por ela “vivido pessoalmente”, na acepção de Michael Pollak. Em ambas as ocasiões ela buscou expressar a experiência de passar por aquele mundo que começou há cem anos e que ruiu durante a sua juventude. POLLAK, M. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos: CPDOC/FGV*, v. 5, n. 10, 1992. p. 206.

10 Em 2018, iniciei minha monografia de conclusão do curso de História, da qual Anna seria a protagonista. Através da metodologia da história oral, busquei observar, através da história de vida, como o período das reformas (*Glasnost e Perestroika*), seguido pela dissolução da URSS (1985-1991), foi interiorizado por ela, qual memória construiu para si sobre aqueles acontecimentos. Para conferir os meus resultados ver mais em: GELLER JUNIOR, Lúcio. *Os tremores da queda: memória e trajetória de Anna Savitskaia, das reformas à dissolução da URSS (1985-1992)*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Pessoalmente, a noção que eu tinha à época, em acúmulo de leituras, referências bibliográficas e em minhas próprias reflexões,¹¹ era a de que o que meu colega chamou, *grosso modo*, de “seara de gênero”, por tangenciar questões sobre sociabilidade feminina presentes em suas fontes, era de que esta, assim como as histórias de vida, são apenas uma das tantas possibilidades de estudo do campo (fora suas possibilidades de intersecção com estudos sobre masculinidades, racializações e LGBTQIA+). Logo, o problema não era só porque ele reconhecia, ainda que preferindo manter-se longe, essa dimensão do feminino, mas de que esta não era a única do “gênero” que ele poderia ter presumido analisar. Contudo, conforme argumentarei, começo a perceber que há “algo a mais”, que não escapou tão-somente a ele, mas a mim naquele momento. Não se trata de acreditar, muito menos defender, de que agora finalmente encontrei “a luz”, consegui fugir de minha “ilusão”. Mas, de ter se colocado também em questão *a forma* como “falo” o passado, as suas, as minhas, e as nossas *posições* de enunciação, implicações semelhantes àquelas decorrentes do ensaio de Bourdieu.¹² E, esse “eu”, implícito na fala, não corresponde apenas ao do objeto de pesquisa, mas, igualmente, do sujeito que ouve, pergunta, lê, estuda, rabisca, escreve e, também, comunica para um público. Aquele que se propõe a *historiar*. Nesse sentido, esse “a mais” a que me refiro, é algo que, como sustentarei, pode ser mais uma das “alternativas” possíveis para a “ilusão biográfica”.

Por isso, com irônico prazer, entro sim nessa “seara de gênero”, pois creio que noções coloquiais como esta, em última análise, tratam a própria “teoria da história” como uma simples fornecedora de instrumentos heurísticos (gênero, raça, classe, temporalidade, poder) para dissecar o “material bruto”. Um “armário” em que se pode livremente escolher qual o “vestuário” mais adequado para nos aventurarmos nas terras do passado (e assim o é com o gênero). Como se os próprios paradigmas e modelos acadêmicos, como no caso de um conhecido e disputado ensaio sobre o biográfico, não pudessem ser problematizados, inclusive, em termos do que se chama de “gênero”.¹³

Frente a tais problemáticas, desenvolvo nas próximas páginas uma reflexão organizada em dois momentos: no primeiro, examino o argumento de Bourdieu e a atribuição de um estatuto “ilusório” ao biográfico, bem como em alguns escritos

11 Um desdobramento de meu trabalho de conclusão de curso pode ser visto em: GELLER JUNIOR, Lúcio. “Anna Savitskaia: ou, como narrar uma vida na União Soviética (1964-1988)”. *Aedos*, v. II, n. 25, p. 114-139, 2019.

12 ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história”. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 43.

13 Alguns estudos de caso sobre a presença e os efeitos de uma matriz generificada em determinados códigos e formas de produção do saber podem ser vistos em: SCHIENBINGER, L. *O Feminismo mudou a ciência?* Bauru, SP: Edusc, 2001; SMITH, B. *Gênero e história: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru, SP: Edusc, 2003.

posteriores e nas considerações de determinados interlocutores, diante das oscilações e dos espaços ocupados pelas histórias de vida dentro e fora dos estudos humanísticos. Antes do segundo ato, porém, farei um pequeno interlúdio com o intuito esboçar em que medida as discussões de cada momento se (des)encontram e os caminhos, sem qualquer intenção de esgotá-los, que se apresentam. Em seguida, sugiro algumas possibilidades de leitura da “ilusão biográfica”, em especial sobre o mencionado caráter “construtivista” do passado, a partir da filósofa Judith Butler, e de alguns de seus intérpretes, para quem não basta afirmar que determinada realidade social é “construída”, sem repensar o significado da “construção em si”, apurando a sua utilização.¹⁴ Para isso, buscarei explorar sua noção de *materialização*, com vistas a demonstrar a hipótese de que a “ilusão”, tal como a “construção” em Butler, acarreta uma operação diferencial, (re)produz efeitos de poder e pode criar “desilusões”, como a ausência do “eu”, indissociável de seu “corpo”, de acordo com Paul Preciado, na análise e na escrita biográfica.¹⁵

O ilusório

Para compreender a “ilusão biográfica”, começo aqui por um exame das próprias categorias que compõem essa ideia, optando por iniciar pela segunda que, em um sentido *lato*, representa, evidentemente, o objeto de análise de Bourdieu. A biografia, conforme a própria etimologia da palavra, a saber, a combinação do *bios* e do *graphein* dos gregos, que remete à *escrita* de uma história de *vida particular*; é tão antiga quanto a própria noção de história, enquanto o *ato* de interação humana que é *conta-la*. Formas de conhecimento que não são, portanto, naturalmente novas. Concentrando-se em seus “regimes de historicidade”, na acepção de François Hartog,¹⁶ Benito Bisso Schmidt observa as diferentes *experiências temporais* entre a biografia e a história a partir da antiguidade ocidental.¹⁷ Quando, desde o século V a. c., com Tucídides, até a modernidade, com a Revolução Francesa, passando pelas hagiografias dos santos medievais, imperava uma ideia de busca, no passado, de *exemplos*, positivos ou

14 BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

15 PRECIADO, P. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014.

16 HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013; “O tempo desorientado. Tempo e história. ‘Como escrever a história da França?’”. *Anos 90*, v. 5, n. 7, p. 7-28, 1997.

17 SCHMIDT, B. B. “Biografia e regimes de historicidade”. *MÉTIS: história & cultura*, v. 2, n. 3, p. 57-72, 2003; “Contar vidas em uma época presentista: a polêmica sobre a autorização prévia”. AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B. (Org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

negativos, para as *ações* tomadas no presente. Fórmula que irá entrar em decadência a partir do momento em que a ideologia do *progresso*, fruto das promessas das florescentes sociedades industriais, dos novos Estados-nação e do racionalismo das Luzes, passa a apontar as “saídas” para o presente não mais no passado, mas no futuro, que “esclarece” o “que se passou” e como se “chegou” até aqui. Movimento que, nos termos de Hartog, configuraria a passagem de um regime “passadista” para um regime “futurista”, em que se apoiariam, por exemplo, as grandes filosofias da história do século XIX, como o positivismo e o marxismo.¹⁸

Dos corpos engalfinhados em campos de batalha, em mares e terras próximos e longínquos, até os ensinamentos das vidas dos santos católicos, com a modernidade, a biografia, assim como o velho Odisseu, distante de sua Ítaca, é “exilada dos domínios da historiografia”.¹⁹ Domínio que, por sua vez, no século XIX, singulariza-se, reunindo a soma dessas *histórias particulares*, sua visão conjuntural, e a própria narrativa e reflexão sobre a realidade histórica, surgindo assim, segundo Reinhart Koselleck, o moderno conceito de História.²⁰ Para Hannah Arendt, a preocupação moderna, desde então, é analisar, através de uma narrativa totalizante e objetiva, os *processos históricos*.²¹ Contudo, como adverte, essa ideia também irá conviver com o risco de que, quando *universaliza* o homem (europeu), “onde quer que [ele] vá, encontra apenas a si mesmo”.²² Não obstante essas transformações, segundo Beatriz Sarlo, em que a História adquire esse estatuto de instância última do progresso social humano, o biográfico ou, de modo mais abrangente, o ato de contar uma experiência, pessoal ou coletiva, é interdito dos estudos agora pretensamente “disciplinares” do passado.²³ De modo que, “o narrador do gesto e da voz – diz a autora – como Odisseu e os evangelistas, começou a *perder o domínio de sua história*”. Em conformidade com Sarlo, neste ponto, Hayden White dirá que isso ocorreu porque, além de tornar-se um conceito *mestre*, segundo Koselleck, no intuito de afirmar-se também como ciência, o discurso historiográfico na modernidade buscou expurgar-se de textos marcados pela faculdade da imaginação, e, como dito, das expressões do “eu”, relegando-as para os campos da literatura e das artes. O problema, como adverte, é que, “ao jogar fora a ‘água do banho’

18 HARTOG, F. “O tempo desorientado. Tempo e história. ‘Como escrever a história da França?’”. *Anos 90*, v. 5, n. 7, 1997. p. 9.

19 SCHMIDT, B. B. “Biografia e regimes de historicidade”. *MÉTIS: história & cultura*, v. 2, n. 3, 2003. p. 60.

20 KOSELLECK, R. et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 119-135.

21 ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2016. p. 124.

22 Ibidem, p. 125.

23 SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 26-27. [grifos nossos]

da retórica, a historiografia também jogou para fora – ou *pensou ter jogado fora* – o ‘bebê’ da ‘ficção’. No entanto, “essa mesma ficção foi compreendida pelos novos ‘realistas literários’”, em que o romancista Walter Scott é um exemplo notável,²⁴ “como um instrumento discursivo” para uma *narrativização* que poderia dizer não somente “o que se passou”, mas também a questão central da ética: “o que deve ser feito?”.²⁵ E é por isso que, segundo Schmidt, embora exilada do canto de Clio, a biografia não desapareceu no século XIX, apenas encontrou, e despontou, em outros *meios*, formas de “conversar” sobre o passado, como na literatura.²⁶

Mas se nem o desaparecimento da biografia foi absoluto, seu “exílio” da História também encontrará vozes de contestação, e mesmo criticamente avessas ao projeto “futurista”. O que se agudizou, de modo trágico, logo no início do século XX, pois, se o destino da humanidade era o progresso, o atoleiro da Primeira Guerra Mundial seria uma assustadora imagem do avanço do “espírito da técnica”, que, como observou Walter Benjamin,²⁷ em seu brilhante ensaio *Rua de mão única* (1928), “massas humanas, gases, energias elétricas foram lançadas em campo aberto [...] e, por toda parte se escavavam fossas sacrificiais na terra-mãe”.²⁸ Eventos que, no fim das contas, mesmo que a História o menosprezasse, como dirá anos depois em *Experiência e pobreza* (1933), “estava o frágil e minúsculo corpo humano.”²⁹ O filósofo já apontava assim para os paradoxos de um perspectiva vacilante em meio a uma crise de sentidos, que não cessaria até a aniquilação em massa e os tremores da bomba atômica durante o desfecho da Segunda Guerra Mundial, em que o próprio Benjamin tiraria a sua vida, em 1940, para não ser capturado pela *Gestapo*. A literatura, como outrora, quebraria esse aspecto mudo da experiência compondo obras ainda no “calor” do *entreguerras*, como o tocante *Adeus às Armas* (1929), de Ernest Hemingway.³⁰ Outros constructos da modernidade, apesar das críticas de Benjamin, e aqui não me refiro apenas à História, mas também aos demais campos do conhecimento humano, “disciplinados” pelos Estados-nação, principiariam mudar seu olhar sobre o indivíduo, bem como sobre o

24 Embora tenha empregado aqui a leitura de White sobre as distintas formas de se narrar o passado, cabe recordar do trabalho que o filósofo e historiador húngaro; György Lukács; desenvolveu ainda na primeira metade do século XX sobre a capacidade do romance histórico oferecer uma outra “apresentação” da realidade, em especial sobre a experiência dos personagens no tempo. LUKÁCS, G. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

25 WHITE, H. O passado prático. *Articultura*, v. 20, n. 37, 2018. p. 14. [grifos nossos]

26 SCHMIDT, B. B. “Biografia e regimes de historicidade”. *MÉTIS: história & cultura*, v. 2, n. 3, 2003.p. 60.

27 BENJAMIN, W. *Rua de mão única: infância berlinense*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 65.

28 Ibidem.

29 Idem. “Experiência e pobreza”. *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas, v. 1*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 115.

30 HEMINGWAY, E. *Adeus às armas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

passado, somente a partir do final da década de 1950. Como efeito da onda de movimentos radicais ao redor do mundo, do Maio de 68 até a vitória dos *vietcongues*, em 1975, passando pela Revolução dos Cravos, em 1974, os movimentos de guerrilha na América Latina e as lutas pela descolonização do continente africano, enfim, os “anos de briga de rua”, segundo Enzo Traverso, as vozes do passado começaram a ser “incorporadas” por essas lutas.³¹

Não obstante esse verniz utópico, após o famoso julgamento de Adolf Eichmann, em 1961, muitos intelectuais, sobretudo aqueles habilitados academicamente a produzir conhecimento, também se viram combalidos em sua visão de futuro, na medida em que do presente emergiu, e com eles passou a conviver, um novo personagem: a *testemunha*. Uma figura capaz de revelar visões de experiências biográficas tão pessoais, parciais e eticamente carregadas, que tornava-se quase “impossível assimilar a pluralidade das perspectivas existentes em uma narrativa singular sem generalizar e abstrair grande parte do conteúdo semântico que compreende a representação testemunhal”.³² Essa representação tão íntima resistirá cada vez mais àquela tradição narrativa elucidada por Arendt, pois a partir daí são cada vez mais latentes os sintomas de uma crise das “grandes narrativas”. De modo que toda a historiografia em torno de uma catástrofe, como a *Shoah*, por exemplo, “pusera em questão a possibilidade de se dividir, de modo estanque, realidade e descrição, ou seja, sujeito e objeto de análise, ou ainda: a descrição e o seu meio linguístico”.³³ Contudo, nem todos os intelectuais responderam, nem direta nem imediatamente, a essas “desilusões” do progresso e ao aspecto subjetivo dos indivíduos no tempo, muito menos de forma homogênea às demandas de engajamento decorrentes dos dilemas éticos na representação de *eventos-limite*.³⁴ Ao longo dos anos 60 e 70, a tendência de valorizar as análises das estruturas, os processos de “longa duração”, como a escrita da história de Fernand Braudel, ainda deixará pouco espaço para os protagonistas individuais,³⁵ embora deparando-se já com diferentes abordagens, como os estudos de conjunturas políticas e culturais “vistos de baixo” de Edward

31 TRAVERSO, E. *A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018. p. 49-50.

32 PÉREZ-BAQUERO, R. “Memory, Narrative, and Conflict in Writing the Past: When Historians Undergo Ethical and Political Strains”. *História da Historiografia*, v. 13, n. 32, 2020. p. 67.

33 SELIGMANN-SILVA, M. “A história como trauma”. NESTROVSKI, A; SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000. p. 75-76.

34 Em virtude das delimitações deste artigo, deixo apenas uma sugestão de leitura, a título de aprofundamento das discussões sobre o conceito de *evento-limite*: CALDAS, P. S. P. “O conceito de evento limite: Uma análise de seus diagnósticos”. *Tempo*, v. 25, n. 3, p. 737-757, 2019.

35 BRAUDEL, F. “História e ciências sociais: a longa duração”. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

Thompson e outros; mesmo que estes não tenham rompido com o paradigma moderno.³⁶

É nessa paisagem que Pierre Bourdieu, a propósito, inicia seu trabalho com pesquisas etnográficas no Norte da África, ou seja, em espaços marcados pela descolonização francesa e pelo Maio de 68.³⁷ Concentrando-se em sociedades em que o “pensamento mágico”, na acepção de Max Weber,³⁸ estava em vias de “desencantamento”, o sociólogo defendeu um olhar sobre as organizações sociais e familiares, percepções de tempo e espaço, a partir da “mediação da experiência e da prática de indivíduos”.³⁹ A escolha desses objetos de análise irá informar, nas décadas seguintes, suas noções operatórias; que aqui, em virtude do biográfico, interessa-me o papel reservado ao indivíduo, já em voga, ao menos no espaço público. Nesse sentido, a contribuição de Bourdieu, não diretamente a este, mas na crítica ao “império” das estruturas, repousa em sua tentativa de dissociar as categorias de análise do estado dos objetos “em si”, uma mistura corrente, por exemplo, no conceito marxista de “classe”.⁴⁰ Para o sociólogo, a “classe”, teoricamente, é “produto de uma classificação explicativa”, que serve para entender não os “grupos reais”, mas o seu “espaço de relações”. O que, outrossim, significa que essas categorias, no âmbito social, são igualmente “disputáveis”, chegando a compor *identidades*, como a “classe operária”. Em suas palavras, “são produto de uma longa e lenta *elaboração coletiva*”, que existe “por todo um conjunto de instituições que são outras tantas *invenções históricas*”.⁴¹ Argumento que explicita o entendimento e a forma que, segundo ele, o cientista social deve se debruçar sobre a realidade histórica, isto é, não com um sentido dado *a priori* ou por uma visão retrospectiva, mas acompanhando essas “elaborações”, que não são “inerentes” aos objetos, ao longo de diferentes “espaços sociais”. Dito de outra forma, e que é algo que irá ecoar na “ilusão biográfica”, deve-se analisar o indivíduo a partir dos meios pelos quais este busca se “representar”, na medida “em que uma coisa ou uma

36 THOMPSON, E. P. “A história vista de baixo”. NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Org.). *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002. Sobre essa discussão ver ainda a crítica de Thompson, baseada em uma pesquisa empírica, ao estruturalismo de Braudel: THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 339-361.

37 Um balanço detalhado sobre a obra de Bourdieu pode ser visto em: WACQUANT, L. J. D. “O legado sociológico de Pierre Bourdieu: duas dimensões e uma nota pessoal”. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, p. 95-110, 2002.

38 WEBER, M. “Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas)”. In: *Economia e sociedade*. Brasília: UnB, 1994.

39 BOURDIEU, P. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979. p. 12.

40 BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 133.

41 *Ibidem*. p. 136-156. [grifos nossos]

pessoa se torna uma coisa diferente daquilo que ela é [...] que pode identificar-se ou ser identificado como um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, etc.”; a noção de identidade.⁴²

A virada dos anos 70 para os 80, trouxe uma renovada onda de estudos políticos, dando impulso, ao mesmo tempo, ao olhar sobre o papel da cultura, em que análises sobre o “poder simbólico”, como as de Bourdieu, ganharam força. Por outro lado, é o momento em que a “onda revolucionária teve seu epílogo em Manágua, em julho de 1979, quando também ocorreu a traumática descoberta dos campos de extermínio no Camboja”.⁴³ Com esse naufrágio das lutas sociais, nutridas em suas “esperanças utópicas”, em grande medida, pelo projeto das Luzes; e, jogadas ainda mais às profundezas com a queda do Muro de Berlim, em 1989; não é mais o “passado”, “que não quer passar”,⁴⁴ ou o futuro, que pode cair em uma inesperada “catástrofe”, que dele acaba emergindo; e sim, um alargado e insaciável “presente”. O que novamente configura, segundo Hartog, uma mudança de “regimes de historicidade”.⁴⁵ E isso pode ser visto, justamente, por uma renovação, não apenas de abordagens, mas de interesses, sobretudo nos espaços públicos, por objetos como a “memória”, o “patrimônio” e as “comemorações”. Exemplo disso é a memória do Holocausto, que se torna o “ pilar sobre o qual a recordação de outras formas recentes ou mais antigas de violência e crimes deveriam ser construídas”, tencionando as fronteiras entre história e memória, e reivindicando justiça ao passado.⁴⁶ Essas transformações temporais, aliadas àqueles debates sobre as escalas de análise (longa ou curta, estrutural ou conjuntural) de décadas anteriores, acabam por tecer os contornos de uma “volta”, enfim, da biografia nas humanidades. Dessa vez, menos como *exemplos*, e mais como “referências para múltiplas identidades (de classe, de gênero, étnica, geracional, regional, etc.) que fragmentaram a ideia de unidade nacional”. E, não mais como “heróis”, e sim como “personagens que nos mostram as possibilidades de negociação e resistência contra os senhores, patrões, maridos, médicos, magistrados e policiais”.⁴⁷

42 BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. p. 159.

43 TRAVERSO, E. *A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018. p. 52.

44 De acordo com a fórmula cunhada pelo historiador conservador Ernst Nolte durante a *Historikerstreit* nos anos 1980. HABERMAS, Jürgen. “A Kind of Settlement of Damages (Apologetic Tendencies)”. *New German Critique*, n. 44, 1988; NOLTE, Ernst. “O passado que não quer passar”. *Novos Estudos*, v. 3, n. 25, 1989.

45 HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 149-156.

46 TRAVERSO, op.cit., p. 57.

47 SCHMIDT, B. B. “Contar vidas em uma época presentista: a polêmica sobre a autorização prévia”. AVELAR, A. S.; SCHMIDT, B. B. (Org.). *O que pode a biografia*. São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 20-21.

Nessa paisagem, em que crescem os debates sobre a história oral e a história do tempo presente, não apenas em função dos saberes especializados, mas especialmente pelo valor ético e político que o testemunho, de uma vítima da repressão das ditaduras da América Latina a de um sobrevivente do *Lager*, tem para com a sua comunidade; surge, finalmente, o comentário de Bourdieu sobre o uso do material biográfico. Esse ensaio, que nomeia o dossiê, fizera parte de um conjunto de 13 textos da referida edição das *Actes de la recherche en sciences sociales*, periódico acadêmico fundado em 1975, por Bourdieu, o qual comandou até sua morte, em 2002. Curiosamente, a expressão-título, que rapidamente se tornaria o sinônimo de uma ardilosa armadilha epistemológica do material biográfico em ascensão, dificilmente poderia se transformar em uma “pecha” capaz de sintetizar as principais ideias dessa edição na íntegra. É o que considera Patrícia Claudia da Costa, que analisou de modo sistemático os temas e os problemas de cada texto, para advogar pela “inexistência de recusa ou de desprestígio das fontes (auto)biográficas pelos autores desses trabalhos”.⁴⁸ O que, de fato, é possível observar entre os outros 12 estudos, que, diferentemente de Bourdieu, fizeram vasto uso de histórias de vida e entrevistas orais, seja como objeto de discussão ou fonte de pesquisa.⁴⁹ Argumento que adquire ainda mais envergadura ao se ler o segundo artigo do dossiê, *A gestão do indizível* (1986), de seu ex-orientando, Michael Pollak, que analisa, justamente, uma entrevista realizada com uma sobrevivente do campo de concentração Auschwitz-Birkenau. Pollak, defende que o relato de vida não deveria ser tomado como uma simples narrativa factual, mas como a restituição de uma “visão”, que é “gerida” por uma rede de tensões do narrador.⁵⁰

Logo, se não é possível afirmar que esse estatuto “ilusório” contemple a integralidade de ideias e autores reunidos no dossiê, ainda mais considerando o renovado interesse intelectual e político pelas vozes e os itinerários de vida, resta ver como Bourdieu, que tanto advertiu sobre o poder de se “nomear” algo ou alguém, aborda a questão. Em primeiro lugar, o autor não deixa de situar o momento em que escreve, ou seja, a “volta” do biográfico: “A história de vida é uma dessas noções do *senso comum* que entraram como *contrabando* no universo *científico*; inicialmente sem muito alarde, entre etnólogos, depois, mais recentemente, como estardalhaço, entre

48 COSTA, P. C. “Ilusão biográfica: a polêmica sobre o valor das histórias de vida na sociologia de Pierre Bourdieu”. *Revista Linhas*, v. 16, n. 32, 2015. p. 58.

49 Fazem parte do dossiê autores que vão desde Michel Pollak, Nathalie Heinich até Howard Becker e que podem ser encontrados, em sua totalidade, no quadro organizado por temas, problemas e metodologias por: COSTA, op. cit., p. 55-58.

50 POLLAK, M. “A gestão do indizível”. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v. 2, n.1, 2010.

sociólogos”.⁵¹ O que Bourdieu entende como “história de vida”, a que se dirigem essas críticas, é a *História de uma vida*, que se constituiria como: “um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma intensão ‘subjéctiva’ e objectiva, de um projeto”. Este último, percebido enquanto *projeto de vida*, em que o sujeito se tornaria “ideólogo de sua própria vida, seleccionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos *significativos* e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência”. Dito de outra forma, seria o momento em que a testemunha busca “causas” e “fins” para se “justificar”, como o “já”, “desde pequeno”, ou, como definirá melhor em *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário* (1992), um “princípio gerador”.⁵² Frente a tais operações, que já se mostram “ilusórias”, na medida em que são constituídas pelos interesses “subjéctivos” de um “eu”, o biógrafo acabaria se tornando um “cúmplice” que, “a começar por suas disposições de profissional da interpretação, só pode ser levado a *aceitar essa criação artificial de sentido*”. E, para concluir essa primeira parte, o “biográfico” encontra, finalmente, seu par, o “ilusório”, definido assim como “uma ilusão *retórica*, uma representação comum da existência”, que, ora vejam, “toda uma *tradição literária* não deixou e não deixa de reforçar”.

O relato de vida seria, por isso, um “modelo oficial de apresentação oficial de si”, ancorado em “instituições de totalização e unificação do eu”, como o “nome”, a “carteira de identidade” ou o *curriculum vitae*, cujo objetivo é a “apresentação *pública* e, logo, a oficialização de uma representação *privada* de sua própria vida”.⁵³ Análise que resgata suas teses sobre a constituição das *identidades* – processos de “elaboração coletiva”, formados por essas mesmas instituições, que são outras tantas “invenções históricas”, entre diferentes “espaços sociais”, para se fazer “representar”. Para Bourdieu, tomar esses relatos “em si”, que apresentam o “projeto” na *forma* de “trajetória”, isto é, como uma “série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente”, seria aceitar a própria “representação” deste, sem levar em consideração a “matriz de relações objectivas entre as diferentes estações”.⁵⁴ O que configuraria, enfim, a “ilusão biográfica”, que nada mais é do que uma espécie de “ficção”, como assevera em relação à literatura, em que se constrói uma narrativa retrospectivamente ordenada pelas “causalidades” do “eu” – incapaz de qualquer escrutínio crítico “fora de si

51 BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 183-185. [grifos nossos]

52 BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

53 BOURDIEU, “A ilusão biográfica”, op. cit., p. 186-190. [grifos nossos]

54 O termo “estação” se refere à metáfora que Bourdieu utiliza para explicar o conceito de “trajetória”, que é a de um “trajeto de metrô”. BOURDIEU, “A ilusão biográfica”, op. cit., p. 189.

mesmo”. Um espectro que assombra, inclusive, a escrita de Bourdieu sobre a sua “carreira” acadêmica, como em *Meditações pascalianas* (1997), em que busca falar de si, quando apenas necessário for, através de um “eu impessoal sobre o qual silenciam as confissões mais pessoais”; e, mesmo em um *Esboço de autoanálise* (2002), que, como assegura, não pretende se “sacrificar ao gênero autobiográfico”, algo “convencional e ilusório”.⁵⁵

Portanto, e para concluir esta primeira parte, a “ilusão biográfica”, dentre suas várias possibilidades de leitura, não apresenta apenas “ponderações” sobre o valor documental de um relato de vida para a compreensão de fenômenos sociais, como nos termos das defesas de seu uso desde a década de 1980, mas, igualmente: *considerações sobre o estatuto dos saberes históricos e sociais frente as “crises” e “críticas” que estes atravessavam, e atravessam, desde então*. Mais do que advertências e suspeições epistêmicas sobre o que pode, ou não, documentar o material biográfico, há em suas reflexões indícios sobre o que chamei de “formas de falar” sobre o passado e “posições de enunciação”, como a supressão desse “eu” tendencioso, que não é apenas o “eu” do personagem que se observa, mas também do “eu” do suposto observador “impessoal”. Deste modo, faço aqui as seguintes perguntas, antes de passar para a segunda etapa: toda essa “ficção de si”, como na “tradição literária”, é mera “ilusão”, no sentido da *forma* em que busca se expressar, comparada ao jugo “analítico”? E mesmo neste, não existem também meios narrativos, assumidos por um “eu”, ainda que “reprimido”, de *estruturar* o que se conta? Meios estes que seriam completamente “objetivos” e “impessoais”, que não se metem, ou não esboçam, nenhuma “seara”? Por último, explorar essas dimensões intersubjetivas dos vários “eu(s)” interrelacionados “corrompe”, de alguma forma, qualquer tipo de pesquisa? E, se sim, o que “corrompe”? Qual o *contrato* que se estaria “rasgando”?

Breve interlúdio

Antes de passar para o segundo momento do texto, permitam-me fazer um breve interlúdio para delinear o que diversos analistas consideraram ser exatamente isso: um tempo de passagem, eticamente carregado, e permeado pelas mais diversas leituras sobre as formas de se relacionar com o passado e dele fazer sentido. Obviamente, foco nas questões levantadas no final da seção anterior, bem como nos atores até aqui trazidos e nos caminhos abertos por outros personagens em seus (des)encontros. Deste modo,

55 BOURDIEU, P. *Esboço de autoanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 37; *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 45.

começo pela posição daquele que vê algumas “ilusões” diante dessa paisagem. Certa feita, no início de 1988, a rádio *France Culture* promoveu um debate entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier. A primeira questão, levantada pelo historiador das práticas culturais, era se o sociólogo também acreditava que as “ciências sociais (a sociologia, a história, a antropologia) encontravam-se, à época, atravessadas por um dilema”, que acreditava ser “falso”, entre abordagens “estruturais” e “objetivas”; e, “tentativas” de restituir a “relação interpessoal”.⁵⁶ A resposta de Bourdieu, em concordância com o arguidor, foi no sentido de colocar essa polêmica em termos de “objetivismo” *versus* “subjativismo”. Para isso, ele evoca algumas palavras de Pascal, a saber: “O mundo me compreende, mas eu o compreendo”. A metáfora pascaliana, dita simplificada, busca exprimir que: “quando se toma como objeto esta realidade completamente *singular* que é um *homem*, devemos tomá-lo em consideração como existindo na objetividade”, ou seja, “é algo que se pode *pesar, medir*, etc.; podem-se contar suas *propriedades* – e, aliás, isso também faz parte da objetividade, ele representa tudo isso.” Em outras palavras, se pode compreender o “ponto de vista” de alguém, como possibilidade de individuação, mas para isso é preciso saber o “ponto do espaço” em que este se “situa”.⁵⁷ Novamente, é possível perceber aí o “local” em que se “situa” o “observador” de Bourdieu, o “crítico”. Mas, não estaria ele mesmo, com um igual e supostamente “mensurável” corpo, dentro desse “mundo” imaginado por Pascal?

Em outra “frente” de debate, agora nas fronteiras textuais, na altura do ano de 2002, estiveram os historiadores Peter Burke e Jörn Rüsen. Embora não tenham deixado de refletir questões sobre métodos e abordagens como naqueles comentários ditos nas ondas do rádio, ambos pensavam sobre o papel dos saberes acadêmicos especializados na formação da “consciência histórica” do futuro; a *grosso modo*, na forma como se irá “aprender história”. Diferente do primeiro, que acreditava no desenvolvimento de uma “comunidade global de práticas e padrões historiográficos”, Rüsen enxergava a questão sob outro ângulo: não era tanto a história profissional que moldaria a “consciência histórica no futuro”, mas “a relação ainda a ser definida entre suas próprias estratégias de representação, altamente especializadas, e a profusão irrestrita de histórias populares ao redor do mundo”.⁵⁸

Discussão que o historiador Dipesh Chakrabarty resgataria anos depois, definindo o que seriam, enfim, essas “histórias populares”. Entre instituições que produzem e

56 BOURDIEU, P; CHARTIER, R. “Gente com história, gente sem história: diálogo entre Pierre Bourdieu e Roger Chartier”. *História Unisinos*, v. 10, n. 1, 2006. p. 90.

57 BOURDIEU; CHARTIER, op. cit., p. 91-92. [grifos nossos]

58 HARLAN, D. “Historical fiction and the future of academic history”. JENKINS, K.; MORGAN, S.; MUNSLOW, A. (Org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 108.

comunicam formas “aprendíveis” e “aprazíveis” de conhecimento, como a literatura, o cinema, as séries e assim por diante, elas igualmente cumprem funções em relação ao passado. Nesta perspectiva, embora importante, o conhecimento histórico disciplinar não era, e dificilmente seria, um “solitário guardião” do passado. Pelo contrário, ele seria apenas mais um entre tantos meios de dar-lhe sentido. Esse olhar sobre as representações do pretérito, concluiria Chakrabarty, parecia importante para buscar “acomodações” com esses diferentes meios e públicos do passado.⁵⁹ Sobre este argumento, pergunto: não parece haver nele um resgate daquilo que foi “expurgado” da História durante a ascensão do “projeto modernista” em troca de um quadro mais geral e objetivo no século XIX? Dos meios que, como as biografias literárias, *jamaiz* deixaram de narrar, por completo, a vida dos indivíduos? Portanto, de se relacionar com o passado?

A esses debates da virada do século XX até o início do XXI, fecho essa *inconclusiva* reflexão, abrindo caminho para as seguintes, com mais um ponto de vista, ou melhor, um relato que não receia pelo seu “eu”, nem busca “silenciar” suas “confissões”, escrito pela historiadora Joan Scott em 2007. O cenário sobre o qual ela se debruça é este em que se encontram os referidos autores: à luz da amarga queda do comunismo na Europa; da introdução de modelos de trabalho flexíveis; da crise dos partidos políticos de “massa”; do avanço da agenda neoliberal; e, de uma ofensiva política conservadora. Um momento em que muitos intelectuais levantaram suas vozes contra os “relativismos” sobre a verdade histórica; e, a favor da “objetividade” como virtude para “boas práticas historiográficas”;⁶⁰ o que, concluiria Scott, parecia uma discussão muita mais moral do que científica.⁶¹ No entanto, como visto, os debates iam desde essas questões mais disciplinares, como entre Bourdieu e Chartier, até vias, de fato, mais propositivas, como entre Burke, Rüsen e Chakrabarty.

Em todo caso, positiva ou negativamente, segundo Scott, elas não deixavam de invocar características dos embates travados durante a emergência da cientificidade historiográfica do século XIX. Para a autora, em um gesto autobiográfico, as posturas arrefecidas dos primeiros eram um possível reflexo da formação de sua própria geração.

59 CHAKRABARTY, D. “A Global and Multicultural ‘Discipline’ of History?”. *History and Theory*, v. 45, n. 1, p. 101-109, 2006. p. 109.

60 Para ficar apenas entre os interlocutores de Scott, cito as amargas reprimendas do historiador Eric Hobsbawm contra o suposto “relativismo pós-moderno”: HOBSBAWM, E. “Manifesto pela renovação da história”. *Biblioteca Diplô*, 1º dez. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/3aI9iae>>. Argumentos que já se encontravam em alguns escritos: HOBSBAWM, E. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

61 SCOTT, J. “History-Writing as Critique”. JENKINS, K.; MORGAN, S.; MUNSLOW, A. (Org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 19-21. E, acredito eu, qualquer semelhança com as respostas nesse sentido ao atual avanço das *fake news* e dos negacionismos, não me parece mera coincidência. KLEINBERG, E. “Pandering to the Timid: The Truth about Past-Truth”. *Theory Revolt: Wild on Collective*, 2019.

Marcados pela transição do foco nas grandes estruturas para os personagens de “baixo”, acreditava-se, diz ela, que bastava uma “maleta de ferramentas variadas” para se *entender* o passado. Embora importante, reconhece Scott, “a ênfase [permanecia] na nossa semelhança com o passado, não na nossa diferença em relação a ele; na continuidade; e na universalidade de categorias como classe, raça e gênero”; seguindo, afinal, a linha de progresso da modernidade.⁶² Assim, na medida em que se começava a colocar em dúvida a capacidade de representação “objetiva” do passado; e, a fazer enxergar aquela “maleta”, não como um princípio ontológico, mas como parte de um artefato histórico moderno, que busca justificar-se como universal – *historicizar a disciplina* –; as mais diferentes posturas foram assumidas. Desde tomar essa crítica à História como um “ataque” a toda e qualquer forma de história, isto é, como um virulento desejo de acabar com o entendimento sobre o passado – pois este seria, em si, apenas aquela com letra maiúscula – até defesas determinadas de seu estatuto científico, superior e autossuficiente à qualquer outra “moda” historiográfica.⁶³ Além daqueles que, por sinal, expressavam visões melancólicas, como a dor de Pascal diante do desmantelamento do mundo religioso pela razão.⁶⁴

Em relação ao primeiro ponto, a suspeição da capacidade de representação total e objetiva do passado, esta coincidiu não apenas com a dificuldade da historiografia de absorver os conteúdos semânticos de um testemunho, o que poderia ser simplesmente um problema “disciplinar”; mas porque o presente começou a abocanhar grandes fatias do projeto “futurista”. Disso que se convencionou chamar de “presentismo”, segundo Hartog, foram dirigidas ainda críticas, que não deixaram, e não deixam, de ser importantes, alusivas à idealização nostálgica do passado como referência, bem como da *virada* da incorporação da memória para a luta, como entre as décadas de 1950 e 1970, à sua transformação em “lugar de luto”, a partir dos anos 1980.⁶⁵ Contudo, no que diz respeito à historiografia, ao querer se desvincular da capacidade imaginativa do “eu”, o desclassificando para outras modalidades narrativas, não surpreende que essa “força reprimida” busque, seja agora através da memória, do patrimônio, etc., ou, “lá atrás”, com o “anjo da história” de Benjamin, o que ela não fora capaz de fazer até então: “conferir passado àqueles que dele acreditam precisar e do qual ainda não dispunham”,

62 SCOTT, J. “History-Writing as Critique”. JENKINS, K.; MORGAN, S.; MUNSLOW, A. (Org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 21.

63 GINZBURG, C. “Just One Witness”. FRIEDLÄNDER, S. (Org.). *Probing the limits of representation: nazism and the “Final Solution”*. Londres: Harvard University Press, 1992.

64 TRAVERSO, E. *A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018. p. 112.

65 Ibidem.

como afirma Francisco Santiago Júnior.⁶⁶ Mas que, entre “presentismos nocivos” e “passados públicos positivos”, evidentemente, isso sempre será um ato de difícil discernimento. A essa dificuldade, que já não é mais uma questão puramente factual, de buscar o “*que se passou*”, e sim ética, “*o que fazer?*”; retorno ao relato de Scott, e aos alvos das críticas daqueles primeiros, que não passariam, como acreditavam, de sujeitos “iludidos”.

Para Scott, essa abnegação da “subjetividade”, que poderia ser, inclusive, uma fonte de conhecimento para se fazer sentido do passado como história, como também notou Sabina Loriga,⁶⁷ esvaziava o potencial sedicioso da crítica histórica. Isso em troca de requisitos disciplinares morais, ainda que pretensamente científicos, dentro dessa empreitada, supostamente objetivista, de “situar” o sujeito no “mundo”; e, que tem por resultado, uma mera “aceitação superficial do vocabulário da teoria” para “domesticar” o passado.⁶⁸ Sintomas dessa perspectiva podem ser vistos tanto no diálogo entre Chartier e Bourdieu, quanto na constrangedora postura que este assumiu entre os colegas da *Actes*, isto é, de que é aceitável olhar o biográfico, desde que isso não *perturbe* o “eu” do observador; assim como que essas novas categorias de análise, que embora toquem em todas as partes, e fissuras, daquele “corpo mensurável”, não devem deixar de serem universais. O que revela, segundo Scott, a semelhança entre essas e as antigas “querelas” do século XIX, pois é novamente a História *contra* os pensamentos filosóficos e as narrativas criativas. Com a diferença, porém, de que é o modelo moderno que encontra-se desta vez em um novo e heterogêneo momento epistêmico, com suas próprias demandas representacionais e críticas.

O material

Nessa direção, partindo das críticas ao *status* da subjetividade humana, em que obras de críticos da modernidade, como Michel Foucault, foram as “catalisadoras” das abordagens que trarei em seguida;⁶⁹ analisarei o estatuto “ilusório” atribuído ao biográfico, em vista de tais implicações teóricas. Antes, porém, destaco que, quando faço essas afirmações, bem como quando me guio por essas perspectivas, é porque, como acredita Scott, é através destes “pensamentos filosóficos”, como aqueles que

66 SANTIAGO JÚNIOR, F. C. F. “Dos lugares de memória ao patrimônio: emergência e transformação da ‘Problemática dos lugares’”. *Projeto História*, n. 52, 2015. p. 272.

67 LORIGA, S. “O eu do historiador”. *História da Historiografia*, v. 5, n. 10, 2012. p. 254.

68 SCOTT, J. “History-Writing as Critique”. JENKINS, K.; MORGAN, S.; MUNSLOW, A. (Org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 22.

69 SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*. Rio de Janeiro: Pazulin, 2006. p. 9.

emergem rapidamente em um corriqueiro evento acadêmico nos fazendo repensar nossas práticas, como foi o meu caso, que essas dimensões do “eu” – suas incertezas, dúvidas, desejos, prazeres ou vontades –, estão se expressando. O corpo e a mente estão filosofando, analisando os fundamentos do sistema, como críticos de si. Assim como o próprio marxismo, que, antes de “querer-se” como ciência, foi fruto de reflexões que desafiaram a “ideia de que o mundo consistia em essências e verdades”.⁷⁰ E, se assim não o é, porque não poderíamos questionar “o porquê” de agir, ler, compreender, escrever, enfim, *historiar*, de determinada forma, ou mesmo perguntar “como” e “por que” isso chegou até nós?

Não obstante, tal ação reflexiva, serviria exatamente para que? Para simplesmente encontrar “falhas”, substituir o sistema vigente por outro mais “ideal”, abandonar todas as referências antigas, “mudar tudo o que está aí”? Certamente, não. Algo tão brutal assim já se fez, e, infelizmente, ainda se faz, em demasia. Mas, como pensa Scott, para ver seus “pontos cegos”, seus limites e suas premissas fundantes.⁷¹ Para ver a “verdade” não apenas enquanto um “conjunto de coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas como um “conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro *efeitos específicos de poder*”, pois, como considerava Foucault,

a verdade não existe fora do poder ou sem poder (não é – não obstante um *mito*, de que seria necessário esclarecer a história e as funções – a recompensa dos *espíritos livres*, o filho das longas *solidões*, o *privilegio* daqueles que souberam se *libertar*). *A verdade é deste mundo*; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os *tipos de discurso* que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os *mecanismos* e as *instâncias* que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as *técnicas* e os *procedimentos* que são *valorizados* para a obtenção da verdade; o *estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro*.⁷²

O indivíduo de Bourdieu, que “toma um objeto”, como uma história de vida, não é, portanto, nem um “espírito livre e solitário”, muito menos – embora queira – aquele guardião digno de revelar os “mitos” do passado, ou ainda, em sentido oposto, um mero dispositivo programado pela cultura. Ele, o intelectual, diria Foucault, induz, produz e reproduz discursos que funcionam como “verdades”; não apenas sobre as “propriedades objetivas” dos “homens” que toma como objeto, mas sobre esses

70 SCOTT, J. “History-Writing as Critique”. JENKINS, K.; MORGAN, S.; MUNSLOW, A. (Org.). *Manifestos for History*. London: Routledge, 2007. p. 25.

71 Ibidem, p. 26.

72 FOUCAULT, M. “Verdade e poder”. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 51-53. [grifos nossos]

mecanismos que referendam o verdadeiro do falso, o material do ilusório; àquelas técnicas para ser um “bom historiador” e para criar “estatutos” sobre as formas certas e erradas de olhar, ler, escrever, comunicar, se relacionar, etc. Instâncias estas que emergiram em um determinado “estado de forças” que não são tão diferentes das dos objetos a que se propõe analisar. Não em um sentido necessariamente temporal, mas de serem, igual e diferentemente, saberes perspectivos.

Os tais objetos, por assim dizer, carregam também um corpo sensível, com seus afetos, emoções, sensibilidades, e que, como corretamente disse Bourdieu, é *capaz* de “apresentar a si mesmo”, mas não somente porque coadunam com um ilusório projeto de si, e sim porque não prescindem dos intelectuais para saber.⁷³ E, acrescento: encenam, dançam, leem, escrevem; sim, escrevem. Portanto, haveria mesmo um “contrabando” do biográfico para dentro do “universo científico”, ou, pelo contrário, um poder que barra o seu discurso, em que o intelectual é ele próprio objeto e instrumento dessa ordem do saber? Quem delimita quem está dentro ou fora deste universo? “Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem ‘menorizar’ – perguntaria Foucault – quando dizem: ‘Eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista?’” E, convenha-se afinal, não se trata de questionar “o que é um ciência?”, assim como “o que foi o passado?”; e sim: “por que uma ciência?”, “como quer funcionar na sociedade?”⁷⁴

Contudo, colocar esses saberes em perspectiva, desta forma, não é o mesmo, como alguém poderia dizer, que compreender uma “visão”, como ela se faz “representar”, a partir do “espaço social em que se situa”, como no ponto de vista de Bourdieu. E isso pode ser dito, inclusive, através de sua própria argumentação sobre a representação da história de vida de um indivíduo. Peço licença para demonstrar, começando pela crítica do psicólogo Yves Clot, que comentaria anos depois a “ilusão biográfica”. Para Clot é certamente um absurdo contabilizar o trajeto de um carro, de um metrô ou de uma vida, como advertiu Bourdieu, sem levar em consideração os semáforos, as estações e os lugares por onde passaram.⁷⁵ No entanto, pergunta, poderiam apenas os sinais, os horários e os domínios dos lugares garantir e determinar as “intenções dos viajantes”? Em outras palavras, o que salienta Clot é que as relações sociais também liberam possibilidades e impossibilidades, caminhos e descaminhos, entroncamentos e atalhos,

73 FOUCAULT, M. “Verdade e poder”. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 131-132.

74 Ibidem, p. 269

75 CLOT, Y. “La otra ilusión biográfica”. *Acta Sociológica*, v. 1, n. 56, 2011. p. 133.

dentro das histórias individuais. Ideia que Pollak já havia colocado em seu artigo na *Actes*, isto é, “um equilíbrio precário, de uma multitude de contradições e de tensões.”⁷⁶

De qualquer forma, e considerando que Bourdieu foi sim um crítico das análises estruturais e conceitos *a priori*, uma longa tradição de debates históricos e filosóficos, em cima dos objetos, é invocada sobre a capacidade de ação frente as determinações da realidade social. Em ambos os casos, acorrentados ou não, a *História de uma vida* é uma “construção”, ou uma “elaboração coletiva”, como diria Bourdieu, edificada sobre “tantas outras”; e, seja ela “apresentada” por um “eu tendencioso” ou na forma de “representação social coletiva”, *no final cabe sempre ao crítico investigar*. O problema, como já nos disse Scott, e em seguida Foucault, é que, seja tomando o indivíduo ou a estrutura, ou que se admita o caráter “construtivista” e “perspectivo” destes, ou mesmo de um saber qualquer, resta fazer aparecer os seus “efeitos”, que podem estar nas categorias mobilizadas para entender esses mesmos fenômenos. O que resulta, por exemplo, na inadvertida universalidade e no caráter progressivo de conceitos como classe, raça e gênero.

Nessa direção, os estudos *queer*, igualmente impactados em sua compreensão progressiva sobre a subjetividade humana, como aqueles corpos que tombaram e resistiram as “fossas sacrificiais” da modernidade; nutrida por esse mesmo desejo de escrever um tipo de história que faça aparecer os pontos mais insidiosos e opacos dos “regimes de verdade”,⁷⁷ apresentou, e creio apresentar, uma possibilidade, não fechada, de problematização de *status* e de si.⁷⁸ Já no início da década de 1990, portanto na

76 POLLAK, M. “A gestão do indizível”. *Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall*, v. 2, n.1, 2010. p. 46.

77 Este campo de estudos, vale situar, é fruto do debate e da reorganização político-intelectual do “ativismo gay” promovido pelas chamadas “multidões queer”. Segundo Vinícius Moreira Lima, as “multidões queer surgiram nos Estados Unidos, ao longo da década de 1980, como uma aposta política que se organizava em pelo menos duas vertentes. Por um lado, elas denunciavam a sociedade cis-heteronormativa, que, em meio à epidemia da aids, considerava descartáveis as vidas que não se adequavam às normas sexuais hegemônicas. Por outro lado, criticavam também uma parcela da comunidade gay que teria se incorporado aos ideais do capitalismo estadunidense, deixando de lado outros dissidentes de gênero e sexualidade em favor da ilusão da assimilação que marcadores sociais como branquitude e o poder de consumo lhes conferia”. LIMA, V. M. “A subversão dos desejos”. *Revista Cult*, v. 24, n. 270, 2021. Portanto, a resposta aos discursos que erroneamente representavam a aids como uma “doença gay”, também passou por uma revisão das estratégias assimilacionistas, pois o que parecia ser uma “aceitação” pelas mãos do padrão hegemônico “logo se revelou como tolerância, rapidamente transformada em intolerância”. Com isso, de certa forma, a experiência da aids fez ruir muitos entendimentos tácitos sobre saber e identidade, “revelando ambos como inextricavelmente ligados às operações de poder. O impacto da aids sobre a compreensão convencional da subjetividade e da sexualidade é semelhante àquele que o Holocausto e a bomba atômica tiveram sobre os ideais do iluminismo progressista. Depois disso, nada poderia permanecer o mesmo. Foi no contexto do ativismo da aids e rejeição às estratégias assimilacionistas que o ‘queer’ foi desdobrado em sua forma atual, tanto na cultura popular,” quanto em seus estudos. SPARGO, T. *Foucault e a teoria queer*. Rio de Janeiro: Pazulin, 2006. p. 32-34.

78 Diante daquelas justas críticas ao “presentismo”, como mencionado anteriormente”, as reações das multidões queer às consequências disruptivas da aids, contemporâneas ao fim do comunismo, segundo Traverso, são um dos “exemplos mais significativos de elaboração do luto que, em vez de paralisar a ação, a estimula à autorreflexão e à conscientização [...] longe de espalhar passividade e favorecer o recolhimento numa esfera privada da dor, esse trauma inspirou uma nova forma de militância, nascida do luto, um ativismo que extraía

sequência das considerações de Bourdieu sobre o biográfico, a filósofa estadunidense Judith Butler colocava em questão as frustrações públicas, e mesmo intelectualmente situadas, sobre as habituais noções de “construção”. “Com certeza, corpos vivem e morrem, comem e dormem, sentem dor e prazer, suportam doença e violência” – diz Butler – “e esses ‘fatos’, alguém poderia proclamar com ceticismo, não podem ser rejeitados como mera construção.”⁷⁹ O que configuraria o espaço de “liberdade e solidão” destes mesmos corpos, assim como o universo de sentidos decorrentes de suas “propriedades”, pois, no entendimento de Bourdieu, isso é igualmente mensurável na “representação”. Contudo, segue a autora, “a irrefutabilidade dos fatos de modo algum compromete o que poderia significar afirmá-los por meios discursivos”, afinal, conclui ela, “construção” não é sinônimo de “artificial e dispensável”. Logo, se a “verdade é deste mundo”, e se se encarrega de dizer não apenas o que serve como verdade, mas também o que não serve como verdade, é somente o biográfico, ainda que em sentido negativo, uma “criação artificial de sentido”? Não há “ficcionalidade” na construção do discurso “crítico”?

Antes de prosseguir, peço mais uma vez licença para colocar uma importante observação sobre a minha interpretação, até porque, imagino, alguém poderia aqui me perguntar: mas o que a obra de Butler, sobretudo essa produção direcionada aos “problemas de gênero”,⁸⁰ em face dos debates de algumas décadas sobre a fixação da “mulher” a uma representação dada como “orgânica”,⁸¹ tem a ver com essas questões relativas a um estatuto sociológico do material biográfico? Não seria mais adequado pensa-la na análise da construção de sentido? Verificar como as relações de gênero, em consonância com os “espaços sociais”, conforme Bourdieu, são expressas na “apresentação de si”? Enfim, discutir *gênero* e não *teoria*. Considerações desse tipo, confesso, eram como eu mesmo pensava estes assuntos e comentei no início deste texto:

sua força da melancolia e da perda [...]. Ao invés de fugir da melancolia [ou daquele amontoado de ruínas deixado pela tempestade do progresso, como disse Benjamin,] o movimento a canalizou na direção de um trabalho fecundo de reconstrução”. TRAVERSO, E. *A melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Âyiné, 2018. p. 66-67.

79 BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 16.

80 Idem. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

81 Até então, todas as considerações sobre o que supostamente é ser um homem ou uma mulher, o que é o masculino ou o feminino, ou tudo o que “desviasse” dessas categorias, eram já compreendidas como sendo nada mais do que isto: categorias, rótulos, representações, etc., tomados como prefigurações constitutivas dos sujeitos dentro de um regime de poder. Em uma discussão com Bernard Henri-Lévy, por exemplo, Foucault formulava, de modo sintético, que: “Durante muito tempo se tentou fixar as mulheres à sua sexualidade. ‘Vocês são apenas o seu sexo’, dizia-se a elas há séculos. E esse sexo, acrescentaram os médicos é frágil, quase sempre doente e sempre indutor de doença. ‘Vocês são a doença do homem’. E esse movimento muito antigo se acelerou no século XVIII, chegando à patologização da mulher: o corpo da mulher torna-se objeto médico por excelência”. FOUCAULT, M. “Não ao sexo rei”. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 351. [grifos do original]

usar gênero como uma categoria de análise do que decorre, por meio do relato de si, de um “indivíduo”. Mas o que é esse indivíduo, ou melhor, como se compreende esse “ser” que *supostamente* precede o discurso e do qual decorrem as “ilusões” de um “eu”? É o indivíduo das “propriedades objetivas”, como disse o sociólogo? O que vive e morre, come e dorme, e assim por diante, como concordou Butler? Certamente. Mas, sendo verdade, não deveria haver aí uma pergunta no sentido de como se entende essa dimensão “objetiva” do indivíduo? Como cada “propriedade” é percebida como uma “propriedade”? Há, portanto, espaço de teorização ao “ser” que antecede a “ilusão”, e é o que Butler irá propor a partir dela: a “seara de gênero”. Nesse sentido, estou de acordo com Maria da Glória de Oliveira, quando a autora adverte que, ao considerar os “estudos de gênero” apenas enquanto um conteúdo suplementar da “História”, a categoria torna-se um “Outro” e o uso que dela poderia ser feito para interrogar e “repensar a validade pretensamente universal dos pressupostos epistêmicos das disciplinas” é interdito.⁸²

Em se tratando dos riscos de sempre criar um “Outro”, embora minha escolha pelo termo estudos *queer* passe pela tentativa de evidenciar seu caráter relacional e heterogêneo, creio que seja igualmente importante não reduzir o assunto aos debates que emergiriam nos Estados Unidos a partir da década de 1980. Os efeitos que a própria palavra *queer* carrega são múltiplos, assim como suas leituras ao redor do mundo.⁸³ Por exemplo: enquanto que na vertente teórica estadunidense, nascida do ativismo da crise da aids, “o objetivo foi dar um truque na injúria, transformando a palavra *queer* (bicha) em algo positivo, em um lugar de *identificações*”; em terras brasileiras o desconforto causado pela apropriação de um termo desqualificador para politizá-lo não gera o mesmo efeito.⁸⁴ A propósito, segundo Larissa Pelúcio, diante do processo de redemocratização, “os estudos *queer* entraram no Brasil pela porta das universidades e não como expressão política vinda do movimento social”.⁸⁵ Isso não significa, por outro lado, que algumas de suas problemáticas já não fizessem parte das agendas investigativas de intelectuais latino-americanos de diversas áreas do conhecimento, e mesmo de grupos sociais, como as pesquisas sobre a homossexualidade do antropólogo argentino,

82 OLIVEIRA, M. G. “A história disciplinada e seus outros: reflexões sobre as (in)utilidades de uma categoria”. AVILA, A. L.; NICOLAZZI, F.; TURIN, R. *A história (in)disciplinada*. Vitória: Milfontes, 2019. p. 58-59.

83 Agradeço ao/à parecerista que apontou essa questão na sua avaliação do texto.

84 BENTO, B. “É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da teoria queer ao Sul do Equador”. [Entrevista concedida a Felipe Padilha e Lara Facioli.] *Askesis*, São Carlos, SP, v. 4, n. 1, 2015. p. 147. [grifos nossos]

85 PELÚCIO, L. “Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil?” *Periódicus*, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.

radicado no Brasil, Néstor Perlongher, antes do seu *boom* fora dos Estados Unidos.⁸⁶ Por isso tudo, nunca será excessivo assinalar os riscos de reproduzir, conforme Ana Carolina Pereira, “assimetrias e hierarquias entre formas de conhecimento”.⁸⁷ Embora a minha pretensão venha ser a de justamente querer escapar delas, sem o reconhecimento da dinâmica da “geopolítica dos saberes”, mesmo que com as melhores intenções debaixo do braço, pode-se incorrer na lógica, no mínimo colonialista,⁸⁸ “que opõe o Centro como proeminente lugar de elaboração das teorias e a Periferia como lugar de coleta de dados e aplicação de resultados”.⁸⁹ Por fim, e para concluir essa digressão teórica, não quero que o protagonismo assumido pelas categorias de Butler em meu texto seja compreendido como o destino do debate *queer*. Nada mais paradoxal do que universalizá-las. E sim, como *um caminho* que em determinado momento se abriu e me ajudou a alargar horizontes de compreensão para o debate a que me propus realizar.

Ao observar o movimento analítico da filósofa para reinterpretar os problemas de gênero, é possível encontrar nele uma profunda inquietação com os supostos *referentes* da crítica. Para Butler, toda teorização precisa estar disponível ao crivo, ou a *historicização*, que oferece aos “outros”, pois os *modos* de olhar também produzem a evidência. É essa sensibilidade teórica que procuro extrair de sua abordagem. Aos que sugerem pensar com ela apenas gênero, digo que isso seria, no limite, “impossível”, na medida em que o “pensar gênero” em Butler é: inesperável da crítica aos fundamentos de si; de como se pensa determinado saber; como o intelectual se relaciona com ele; como o opera; e, assim por diante. No caso das preocupações de Butler, embora os estudos humanísticos já tivessem considerado o gênero como uma *construção social* ao longo dos últimos anos – enquanto aquilo que cria categorias e representações que levam à uma série de dicotomias arbitrárias –, não se tinha colocado em questão qual era o *ponto de referência* destas reflexões; o fio condutor do novelo do qual se parte para desenrolar suas relações: o *sexo*. E é assim que, sublinhando o seu *movimento teórico-crítico*, segundo Carla Rodrigues, Butler traz a ideia de que: se o gênero é uma

86 PERLONGHER, N. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1987. Para uma genealogia detalhada dos estudos *queer* ver: MISKOLCI, R. “A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. *Sociologias*, v. 11, n. 21, p. 150-182, 2009. E mais especificamente sobre sua relação com a historiografia, ver: ROCHA, C. B. A. “Teoria queer entre a pós-modernidade e o presentismo: um caminho crítico possível?”. *Periódicus*, v. 1, n. 6, p. 212-240, 2016-2017.

87 PEREIRA, A. C. B. “Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na teoria da história”. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 24, 2018. p. 108.

88 BENTO, B. “É o queer tem pra hoje? Conversando sobre as potencialidades e apropriações da teoria queer ao Sul do Equador”. [Entrevista concedida a Felipe Padilha e Lara Facioli.] *Askesis*, São Carlos, SP, v. 4, n. 1, 2015. p. 147.

89 PEREIRA, op. cit., p. 109.

construção, mas que, para enxergar isso, o *modelo de compreensão* parte de um *referente bifurcado* (sexo◇gênero), a teorização permanece binarista, progressiva e arbitrária.⁹⁰

Haveria nela uma arquitetura oculta, ou *repetidamente ocultada*, em que *por trás* das “expressões de gênero”⁹¹ residiria uma *identidade fixa*, conferida por meio dos signos da “carne”: dos órgãos que permitem respirar e pulsar; se mover e cansar; sentir dor e prazer, enfim, o que está nas suas “vísceras”. Paradoxalmente, nas palavras de Butler, se “o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira”. O que levado ao seu extremo lógico, implicaria, na verdade, na “descontinuidade radical entre corpos sexuais e gêneros culturalmente construídos”.⁹² Com isso, conclui que,

[o] gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual a ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, numa superfície politicamente neutra *sobre a qual age* a cultura.⁹³

Portanto, com Butler, é preciso sempre dar um passo atrás e observar como o sexo, invocado na forma de um “antes” não histórico, uma dimensão ontológica pré-social, é estabelecido/produzido enquanto um referente universal estável – o ponto zero, a absoluta positividade. Para entender como essa suposta *substância*, esse ser dado como idêntico a si mesmo, *faz-se*, a filósofa recorre ao conceito de *performatividade* de Jacques Derrida. Na ideia do filósofo franco-argelino, Butler encontra que “não se descreve qualquer coisa que exista fora da linguagem e antes de si”; pois ao se “descrever qualquer coisa” – como contar suas propriedades, por exemplo – se produz,

ou transforma uma situação, opera; e, se assim pode-se dizer, um enunciado constatativo [como afirmar o que é, ou não é, ‘visceral’, por exemplo] efetua também qualquer coisa e transforma sempre uma situação, não se pode dizer que isso constitua a sua estrutura interna, a sua função ou a sua distinção [...] performativo é uma ‘comunicação’ que não se

90 RODRIGUES, C. “Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 10, 2012. p. 149.

91 Segundo Todd Reeser, em definição de orientação crítica, expressões de gênero podem ser entendidas como aquilo que, *socialmente*, pode estar aberto à mudança. Quando um homem, por exemplo, “pode mudar sua relação com a *violência*”. Diferente do que seria entendido como o *inerente*, isto é, o sexo. REESER, Todd. *Masculinities in Theory: An Introduction*. [Trad. Rodrigo de Azevedo Weimar.] Chichester: Wiley-Blackwell, 2010. p. 72-73.

92 BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 24.

93 *Ibidem*, p. 25. [grifos do original]

limita essencialmente a transportar um conteúdo semântico já construído e vigiado por um objeto de verdade (de *desvelamento* do que é no seu ser ou de *adequação* entre um enunciado judicativo e a própria coisa.⁹⁴

Com a crítica à estabilidade dos enunciados supostamente “constativos” do filósofo, Butler quer discutir o indivíduo, o indivíduo do corpo, visceral, aquele de que se acredita tudo decorrer, não como sinônimo de “carne”, “mas como tão cultural quanto o gênero, de tal forma que problematize os limites de gênero, e tome como cultural a vinculação entre sexo e gênero”. Para ela, não há identidades antes do exercício das normas de gênero, *é o exercício que cria as normas*.⁹⁵ Nos passos de Derrida, Butler realiza uma crítica semelhante ao ver que, no *ato* de se descrever o que seria o sexo – entendido como algo *dado* pela “carne” –, em contraposição ao que seria “apenas” gênero – entendido como tudo que é *atravessado* pela cultura –, não se está deixando de *produzir, ou transformar, uma situação* – igualmente inscrita dentro da cultura. Em suma, *descrever* o que é sexo e o que é gênero já é uma “construção social”:

O crítico moderado pode admitir que alguma parte do ‘sexo’ é construída, mas que certamente outra parte não é e que, portanto, é natural sentir obrigação de não só traçar uma *linha* entre o que é e o que não é construído, mas de explicar como o ‘sexo’ se apresenta em partes cuja diferenciação não é matéria de construção. Mas, à medida que se desenha essa linha de demarcação entre partes tão evidentes, o ‘não construído’ torna-se mais uma vez delimitado por uma *prática de significação*, o próprio limite que deveria salvaguardar uma parte do sexo da mácula do construtivismo se define agora pela própria *construção do anticonstrutivismo* [...]. Essa marcação terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois só pode construir mediante apagamento; ela só pode delimitar algo pela imposição de determinado *critério*, um princípio de seletividade.⁹⁶

As “linhas do que é e do que não é” não conseguem abrir mão da atribuição de significados. Na verdade, a própria noção de construção é assim desvirtuada de seu propósito de referir-se *apenas* ao que decorre do sexo quando é reivindicada pelo que seria “em si material”, tornando-se uma categoria ambígua. Assim: *nasce-se “carne” e se vive com ela neste mundo*. Porém, essa entidade surge no mundo sem ser/estar ciente dos significados que lhe irão ser conferidos aos seus “signos carnis” ao longo da vida. A cultura irá adestrar e moldar suas carnes tornando-as um corpo, na medida em que, como há muito tentou ensaiar o antropólogo francês Marcel Mauss, cada sociedade têm

94 DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papyrus, 1991. p. 363. [grifos do original]

95 RODRIGUES, C. “Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, n. 10, 2012. p. 150.

96 BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 32-33.

suas “tecnologias de produção do corpo”.⁹⁷ Não existe um ser humano universal que se possa entender fora do tempo e da cultura, mas várias formas de ser humano. A cultura estruturará o corpo entre modos e ritmos distintos, o “encarnando” em seus signos, que não definem – não sem o auxílio desta e, mais especificamente, da linguagem – os papéis que irão desempenhar em relação ao gênero. Por isso, segundo Butler, mais do que uma “construção social”, há uma “materialização” daquilo que se entende, justamente, enquanto matéria, carne, etc., e que conferiria as fronteiras entre sexo e gênero. Um processo “que se estabiliza, ao longo do tempo, para produzir o efeito de demarcação, de fixidez e de superfície que chamamos de matéria”.⁹⁸ O que, percebe Butler, poderia levar alguém a pensar *quem* ou *o que*, afinal, conduz esse processo de materialização. Desse ponto de vista, se estaria novamente procurando um “antes” ou “um sujeito tido como preexistente à obra”.⁹⁹ Portanto, metafisicamente fora do processo, pois ele seria o seu condutor. Contudo, responde ela, não há qualquer “eu” que esteja por trás do fazer e do torna-se, “pois a construção não é nem um sujeito nem seu ato, mas um processo de reiteração através do qual emergem tanto os ‘sujeitos’ como seus ‘atos’”.¹⁰⁰ As tais “expressões”, tidas como seus resultados, são o próprio fazer-se *performativo*, pois “o ideal que se procura espelhar depende do próprio espelhamento entendido como ideal”.¹⁰¹ O processo ocorre então como uma espécie de *citacionalidade*, “a aquisição do ser mediante a citação do poder”, que, ao mesmo tempo, não é a sua mera cópia tirânica, mas a produção de possibilidade de *vir a ser*.¹⁰²

Deste modo, de “volta” ao que seriam apenas uns poucos “problemas teóricos das biografias”, em articulação com a mecânica das reflexões de Butler, e com a ajuda de alguns de seus interlocutores nos estudos *queer*, é possível afirmar que a atribuição de um estatuto ficcional, artificial, dispensável, e porque não, “representacional” ao “construído” é induzida pela inobservância, ou seja, pela ausência de crítica àquilo que se compreende como meros instrumentos heurísticos, sobre a “construção em si”. Assume-se que existem dimensões humanas condicionantes e condicionadas das quais decorrem uma construção, ou que se admitem como pontos pacíficos para a análise crítica. Condições que não são apenas aquelas “invenções históricas” ou “instituições de

97 MAUSS, M. “As técnicas do corpo”. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 401-408.

98 BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 31.

99 Idem. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 48.

100 Idem. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 30.

101 Ibidem, p. 38.

102 Idem. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019; *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 54.

totalização” das histórias de vida, pois estas já são compreendidas por Bourdieu como “processos de elaboração” – estão em um nível construtivista por excelência – mas que nos capacitam a atribuir e formular determinados estatutos e discursos. A relação entre sexo e gênero, conforme analisa Todd Reeser, a partir de Butler, é frequentemente tomada segundo essa mesma *causalidade*: “nós imaginamos que o sexo é conferido desde muito cedo na vida de uma criança (até mesmo antes do nascimento) e que o gênero é disso decorrente.”¹⁰³ Mas, e se direcionássemos o olhar “crítico” do observador a “si mesmo” – dando um passo atrás –, desestabilizando as nossas próprias “essências” e “verdades”, e considerando que há, desde cedo, e em nós mesmos, uma “construção”; de que o “sexo” está para o “gênero”, assim como o “observado” está para o “observador” ou a “evidência” para o “investigador”?

Nesse sentido, passaríamos, por um lado, a compreender que “o ‘sexo’ é não apenas o que se tem ou uma descrição estática do que se é”; e sim, mais um “constructo social”, que é “materializado”, pois é compreendido enquanto tal, através de reiterações normativas mutáveis.¹⁰⁴ Com essa formulação transposta ao plano biográfico nos encontraríamos agora, nós e Bourdieu, igualmente despidos de qualquer capacidade de transcender as subjetividades do “eu” e de “apresentação do passado” que, na forma disciplinar, é *materizalizado* pelas normas da “factibilidade” e do “poder supra humano” da História que “se cria por si mesma”.¹⁰⁵ Tais arbitrariedades sobre o corpo e sobre o passado, segundo Reeser, ficariam mais evidentes se colocássemos nossos “objetos” e “instrumentos”, além de nós mesmos, justamente, em perspectiva histórica. Não em continuidade, como alertou Scott; e sem pretensões domesticadoras. Mas, considerando a heterogênea encruzilhada de dinâmicas operacionais e experiências temporais, em que a masculinidade, como na Europa renascentista, se pensava muito mais em termos de temperatura corporal do que em carnes; e, quando a voz do “eu” não era uma mera “ilusão”, e sim um objeto de saber e de experiência até o seu exílio do plano historiográfico.¹⁰⁶ Dessa perspectiva, ambos os corpos são *corpus*; textos socialmente construídos, “através de operações constantes de repetição e de recitação dos códigos”, como manifesta Paul Preciado.¹⁰⁷ Não estão naturalmente imbuídos de significados; têm como objetivo, para manter a sua hegemonia, a necessidade de

103 REESER, Todd. *Masculinities in Theory: An Introduction*. [Trad. Rodrigo de Azevedo Weimar.] Chichester: Wiley-Blackwell, 2010. p. 73.

104 BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 21.

105 KOSELLECK, R. et al. *O conceito de história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 209-217.

106 REESER, Todd. *Masculinities in Theory: An Introduction*. [Trad. Rodrigo de Azevedo Weimar.] Chichester: Wiley-Blackwell, 2010. p. 74-76.

107 PRECIADO, P. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 26.

“materializar-se” em cima de conceitos originais; prescindindo de qualquer forma tida como “derivativa”. Não obstante, a essas pretensões e genealogias, de volta à Foucault, cabe sempre lembrar de perguntar: por quê?

O “eu”, segundo Butler, estará sempre “assujeitado” e “subjetivado” por um “ideal normativo”, conforme Foucault – aberto a instabilidades e vias de voltar-se contra si, não como “substâncias”, mas como “relações de poder”, que implicam “possibilidades de resistência”¹⁰⁸ – que não dá-se necessariamente por “um ato ou uma expressão humana”, mas pela emergência de uma matriz da qual “todas as *disposições* prévias se tornam possíveis.”¹⁰⁹ A construção do “eu”, que já não estaria mais fora do “observador”, como dito acima, segue a autora, opera também por meios “excludentes”, ou “diferenciais”. Entre o “que é” e “o que se passou”, há o que “escapa”, ou melhor, o interditado, o negado, o desconstruído por aquele mesmo processo de “materialização”, que define o que está “fora” daquilo que é demarcado, fixado como uma superfície que chamamos de “matéria.” Assim, o que se perde em Bourdieu não é somente fazer saber se a “construção” está por “onde” passou o “eu” ou pelo que este conseguiu “gerir” a partir de tais condições, como colocaram Clot e Pollak; mas também nas relações de diferenciação dos sujeitos, de sua assimetria com categorias totalizantes e progressivas; que não são somente “suas”, mas também “nossas”, que não estão fora de matrizes generificantes, racializantes, disciplinares, etc. Por isso, o estatuto atribuído ao biográfico por Bourdieu não é apenas um instrumento para não compactuar com o “projeto do eu” – em que pese afirmar, tanto o primeiro quanto o segundo, acolhem e fazem funcionar diferentes “normas”; aqui não se trata de reproduzir ou reforçar binarismos, colocando-os em sentidos absolutamente opostos e contínuos, até porque isto já foi feito. A “ilusão” acaba por “materializar” limites e formas de se pensar sobre o passado; de nele não se reconhecer, justamente, como História; de estruturar uma narrativa; de tecer relações com as experienciais temporais. E, enquanto instrumento heurístico, de estar à disposição da própria teorização para servir como objeto de saber, como adicionaria Butler, pois, se há “ilusão”, logo, há também “desilusão”.¹¹⁰

O aspecto “desiludido” em Bourdieu parece ser a sua própria tentativa de exonerar o discurso crítico sobre o passado de qualquer dimensão criativa e subjetiva decorrente de um “eu” na estruturação da narrativa. A primeira, incorre na “materialização” da objetividade e da impessoalidade do observador sobre todo e qualquer “objeto”; lugar

108 FOUCAULT, M. “Não ao sexo rei”. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 348-360.

109 BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 28-31. [grifos nossos]

110 *Ibidem*, p. 39.

em que o “eu” que conta a sua história de vida é incapaz de alcançar para “apresentá-la”. Além da pretensão disciplinar, enquanto instância última e imperiosa, sobre os meios de reconstruir e interpretar os eventos já ocorridos. Mecanismo que tem por efeito o contínuo recalçamento da faculdade da imaginação e da retórica no discurso científico, dispensadas aos domínios das artes e da literatura durante a modernidade; e, que só podem ser tomadas enquanto um estado “material”, como “objetos”, não como outras formas, igualmente relevantes, de se relacionar com o passado. Aliás, isso fica mais evidente quando o sociólogo define, propriamente, o “estatuto ilusório” da biografia enquanto “uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou e não deixa de reforçar”.¹¹¹ Um sutil aceno a tradição das disciplinas humanísticas, cientificamente definidas a partir do século XIX, de “condenar”, segundo White, toda e qualquer “tentativa de examinar o passado pelos instrumentos da imaginação, para não dizer um pecado de amplitude Mosaica – ‘não misturarás os tipos’”.¹¹² Com efeito, Bourdieu dá coró a todas aquelas reações diante da historicização das “disciplinas modernas” na virada do século XX para o XXI, observadas por Scott.

Os diferentes “tipos”, ou formas, como expressa Bourdieu, são ressignificados pelo biográfico frente às demandas por representação das experiências testemunhais. Em que todas essas são “ficções de si”, donde o elemento “ficcional” é um simples derivado, “ilusório”, do “material”, que é visto somente pelo olhar crítico. Tal relação acaba por instituir um “contrato natural” sobre a forma como “falo” o passado e o estrutura narrativamente.¹¹³ De modo que a sua própria teorização, quando deixa de incidir sobre si mesma, em virtude da “aquisição do [seu] ser mediante a citação do poder”,¹¹⁴ isto é, do “contrato”, do “ideal normativo”, torna-se uma “máquina de [re]produção ontológica”.¹¹⁵ A ontologia de um estatuto único, metódico, científico, rigoroso, que não admite “contrabandos” – como diria Bourdieu – vindos de outros “tipos”, pois busca resguardar as suas fronteiras com uma boa delimitação, mesmo que para isso tenha que mutilar o seu *corpus*. Contudo, como disse Butler, o próprio gesto de traçar uma linha divisória já é uma atribuição de sentido, revelando que o crítico não é produto de uma “estrutura interna”, parafraseando Derrida, mas de uma situação em “constante transformação”, como a própria historicização da disciplina atesta.

111 BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 185.

112 WHITE, H. O passado prático. *Artcultura*, v. 20, n. 37, p. 9-19, 2018. p. 13.

113 ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história”. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 43.

114 BUTLER, J. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 38.

115 PRECIADO, P. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014. p. 28.

Para concluir, essa separação, como afirma Durval Muniz de Albuquerque Júnior, desenha um “perfil” para a escrita da história. Um rosto que não escapa, inclusive, das operações de gênero, na medida em que “todos os textos defensivos e até agressivos e violentos que são escritos contra a dimensão artística da história”, não são outra coisa senão a defesa de uma moral do texto historiográfico, o que por si só já é um gesto que macula o que queria ser apenas “objetivo”.¹¹⁶ O texto não poderia assim se dedicar a um questionamento de sua própria narrativa, em um exercício metarrativo, como é costumeiro no campo literário, historicizando o “observador”, as suas perguntas, desejos, hesitações, erros, preconceitos e fantasias em relação ao “observado”, evidenciando suas mutilações, contingenciamentos e limitações na hora de representá-lo. *Analísem, quando muito, as ilusões dos outros, mas não as de si mesmo.* Mas quem com isso está a se iludir?

Pós-escrito

Quem chegou até aqui provavelmente está se perguntando, possivelmente a partir da mencionada provocação ética “o que fazer?”, o que deve ser feito então com o estatuto de Bourdieu. Deve deixar de ser lido, interpretado, conhecido ou referido? Espero que o leitor ou leitora não tenha chegado a nenhuma destas conclusões depois de todo o exposto. Isso seria apenas mais uma espécie de interdição, recalçamento ou silenciamento que tanto critiquei ao longo deste texto, referendando justamente aquilo que coloquei em dúvida na leitura do sociólogo sobre as histórias de vida. Não. Não desejo isso. Guardadas as devidas proporções, o que espero ter entregado é um exercício de crítica que, como bem disse Scott, encontra frações em todos aqueles intelectuais que se permitiram teorizar a sua própria teoria. Estranharam os problemas de sua época para pensar possibilidades de futuro. Reviraram seu arcabouço conceitual para saber quais as preocupações e possibilidades que conformaram as categorias de que estavam se valendo. E é isso que entendo como uma crítica. Quando o “anjo da história”, segundo Benjamin, também desconfia do ar que emana de suas próprias asas, afinal como ensinou o filósofo: “Nunca houve monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie”.¹¹⁷ E essa perspectiva, como diria Friedrich Nietzsche, está para “além do bem e do mal”;¹¹⁸ ela serve para que se possa, com sensibilidade,

116 ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. “O passado, como falo?: o corpo sensível como um ausente na escrita da história”. *O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história*. São Paulo: Intermeios, 2019. p. 43-44.

117 BENJAMIN, W. “Sobre o conceito de história”. *Magia e técnica, arte e política: obras escolhidas, v. 1*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 225.

118 NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal ou prelúdio de uma filosofia do futuro*. Curitiba: Hemus, 2001.

reconhecer os limites, coações, ilusões, desejos e representações que não estão apenas nas evidências, mas também em nossos modelos e modos de pensar.

Por fim, como espero ter evidenciado ao longo deste texto, a minha (re)leitura das considerações de Bourdieu sobre a biografia, em articulação com os estudos *queer*, é uma tentativa de demonstrar como tais aspectos perpassam, inclusive, estatutos que buscam posicionar-se “fora” do “mundo das ilusões”, das construções e representações de sujeitos que buscam relatar a si mesmos; perspectivas que buscam dizer-se “livres” daquilo que enxergam apenas nas evidências. Com base na obra Butler, foi possível compreender que não há possibilidade de se dizer “isto está fora”, ou “isto está dentro”, sem que esse mesmo gesto não tenha apelado à uma atribuição de sentido, e que assim acabe por alterar uma situação e produzir seus efeitos de poder, pois os sentidos não são intrínsecos às coisas. Ainda que se diga, “estou apenas contanto as suas propriedades”, essa descrição já é cultural, não é a-histórica, e pode ser historicizada. O que não as tornam meras superficialidades, na medida em que isso é também um gesto de força: o que pode ficar e o que não pode ficar. Paradoxalmente, dizer que algo não passa de mera “ilusão”, ou que determinado leitura não adentra nenhuma “seara” para além daquelas elencadas pelo lúcido “observador”, falha não apenas em compreender os outros modos de representação e de análise como diferentes “tipos”, ou “formas”, de se contar experiências de/no tempo, mas em reconhecer a si mesmo, como está se posicionando.